

5.

Conclusões

Na demanda das famílias observadas para a inclusão no Programas Bolsa Família identifiquei relatos e experiências os quais podem ser pensados a partir das construções teóricas percorridas neste trabalho ao abordarem as questões de *igualdade, liberdade, e direitos* e do *acirramento da pobreza* e a *importância de sua inclusão sócio-política*, situação essa que despertou para uma investigação sobre as condições de vida e os processos de inclusão social de um grupo de famílias Cadastradas no Programa Bolsa Família.

Observou-se pelo estudo realizado junto a 17 famílias que elas vivem em situação de pobreza e de instabilidade social. A maior parte da responsabilidade de manutenção das referidas famílias está na centralidade da figura feminina decorrente do afastamento do adulto masculino. Evidencia-se a instabilidade, a partir da indefinição da composição familiar que resulta de rupturas e reconciliações nas relações entre os casais, genitores e parentes. Somam-se a essas circunstâncias a mobilidade geográfica em consequência de mudanças de companheiro(a); as trajetórias ocupacionais e/ou profissionais instáveis, que implicam mudanças de residência e desenvolvimento de novas relações sociais; desemprego ou a procura de melhores condições de vida em localidades onde haja maior oferta de serviços; além de, buscar a rede de parentesco como forma de ajuda nos momentos de extrema vulnerabilidade social.

No que diz respeito à centralidade das mulheres, parte do fato de que este estudo revelou 15 famílias apresentando a mulher como responsável e portanto “chefe de família”, as quais, em sua maioria estão em situação de monoparentalidade. É nítida a responsabilização das mulheres reforçando a questão de que as mesmas são iniciadas precocemente em tarefas domésticas; há a desvalorização da escolaridade, refletida no absenteísmo, no abandono escolar, prejudicando o desenvolvimento profissional e social dessas mulheres a fim de exercerem a sua autonomia através não só da estabilidade econômica, mas do exercício político e da participação e do diálogo na esfera pública, o que pode ser valorizado pelo papel das mulheres enquanto elo de ligação no contato com os serviços sociais e outros espaços públicos.

Algumas transformações que ocorrem nessas famílias percebidas em situação de pobreza e de vulnerabilidade social, residem no fato de que o nascimento dos filhos precede a existência de um genitor adulto e de uma relação estável (Jasmim e Azaléia – sem relação estável). A composição familiar, sendo neste caso relativamente numerosa (Azaléia – quatro filhos), decorre da falta de planejamento familiar, explicada não tanto pela escassez de informação, mas num sistema de valores que permeiam a comunidade em que residem. Assim a gravidez e os filhos correspondem ao vínculo e a garantia de continuidade, sendo um modo de relação com as outras mulheres da localidade e com os serviços sociais oferecidos (Camélia* – relação com as vizinhas cuja composição é de famílias numerosas).

Caracteriza-se, ainda, pelas dificuldades enfrentadas pela perda de membros de forma abrupta, neste caso a morte (Bromélia – falecimento da genitora), a prisão (Gardênia – prisão do cunhado), abuso de álcool e drogas (Camélia* – ex-companheiro dependente de drogas). A vulnerabilidade social se expressa pela perda de emprego (Rosa – perda de emprego), pelas precárias condições de moradia (Acácia – condições precárias e Lis*, Açucena, Azaléia – residência de madeira) e pelos problemas de saúde (Camélia* – diabetes). Em qualquer uma dessas situações há alterações na dinâmica familiar, particularmente no que se refere aos cuidados às crianças. Em consequência disso exige-se o amadurecimento precoce das crianças para assumirem algumas tarefas dos adultos, como por exemplo a experiência do trabalho infantil.

Percebe-se que a vivência dessas famílias está marcada por questões sociais sérias: morte; acidente (Lis* – marido paraplégico após violência sofrida no trânsito); doenças crônicas; deficiência; situações de muita fragilidade e vulnerabilidade, pois, vivem situação de violência urbana através da imposição do tráfico local ou a substituição deste pelas formas “organizativas comunitárias”; violência doméstica que explode nesse ambiente conflituoso; alcoolismo; e outras drogas. Além disso, residem em habitações precárias e os rendimentos são escassos. Nessas circunstâncias qualquer dificuldade adquire contornos extremos pois sua vulnerabilidade social não permite as condições apropriadas para a superação dessa condição.

As dificuldades enfrentadas no cotidiano, referentes à compra do gás, alimentos, material escolar, entre outras, somam-se às consequências estruturais como o desemprego, a habitação precária, a baixa escolarização, a dificuldade de acesso aos serviços e a

violência em geral, agravando o isolamento social o qual degenera a capacidade que as famílias têm de agir na esfera pública visando o reconhecimento dos direitos.

As famílias estudadas expressam muito mais do que apenas a insuficiência de renda como determinante para a pobreza. Medido pela inserção desigual no mercado de trabalho; nos serviços de saúde; e na qualificação escolar, o isolamento social torna-as vulneráveis para o enfrentamento da pobreza. Assim, identifica-se a pobreza tanto nos aspectos econômicos (Lírio* – não compra o gás) quanto nos aspectos políticos (Lis* – não realiza as coisas mais simples porque não sabe ler). A inclusão no Programa Bolsa Família como estratégia de sobrevivência se percebe como de pouco alcance e visibilidade social.

O trabalho é destacado pelas famílias como meio de lhes proporcionar maior autonomia econômica; manutenção da família; reconhecimento social e afastar o estigma da pobreza (Camélia*, Margarida*, Lis* e Lírio*). Reforça-se que o isolamento, provocado pela experiência do desemprego, da baixa escolaridade, do analfabetismo e da falta de acesso a serviços, reproduz a não-cidadania pela dificuldade que as famílias têm de se representarem na esfera pública. Assim, considera-se que a exclusão no acesso à renda e aos meios necessários à vida digna está diretamente ligada à exclusão de direitos sociais mais amplos.

Destaca-se, vale repetir, a representação das mulheres nas entrevistas, num total de 15 responsáveis, o que leva a considerar que a sua participação não deve ser restringida aos programas contra a pobreza, como neste caso o Bolsa Família, mas estimular sua participação no processo de tomada de decisões, no acesso a recursos e serviços públicos visando o enfrentamento da pobreza, do desemprego, do analfabetismo e do isolamento social.

No diálogo mantido com as famílias, ela se legitima enquanto esfera da sociabilidade onde há práticas, ações e opiniões onde cada um pode ser reconhecido ao manifestar suas opiniões, seus desejos, suas aspirações, suas expectativas de vida e de futuro. É neste espaço civil que o exercício político da ação, da palavra, da opinião se manifesta num movimento fundante à participação política, dentro da esfera do íntimo e do privado.

Porém, neste diálogo o suprimento das necessidades básicas precede ao exercício político. Elas apontam preocupações restritas à sobrevivência (Margarida* – ao relatar que tenta garantir alimentação), mas também, ressaltam dificuldade de acesso aos espaços legitimados como a Escola, o Posto de Saúde, o Centro de Referência de Assistência Social

e a Associação de Moradores que podem ser espaços de construção e de oportunidades de participação política coletiva.

É necessário para o debate da pobreza, enriquecer a participação nesses espaços coletivos e não apenas realizar o cumprimento das condicionalidades (frequência escolar, vacinação) do Programa Bolsa Família, momento em que se dirigem ao Posto de Saúde, ao Conselho Escolar e ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Quanto à preocupação política, o uso da liberdade está expressa no aspecto material, ou seja, liberdade para o consumo, contextualizado num mercado de trabalho cada vez mais excludente. As famílias estudadas, estão excluídas do mercado de trabalho e do consumo, pois o cotidiano configura-se na luta do mínimo para a sobrevivência, na maioria dos casos, necessitam de uma rede social ou de um programa social como o Bolsa Família para compensar sua situação de pobreza.

As famílias ao se voltarem para os mínimos de sobrevivência, num processo transgeracional (Margarida* e Lis*), permanecem isoladas da participação política mais ampla que não se refere apenas ao momento do sufrágio universal. O isolamento também acontece pelo não acesso aos serviços de saúde e educação de qualidade, que permitam superar a pobreza. Esse isolamento, ao reforçar a pobreza política, propicia a carência de perspectivas futuras para os responsáveis e os membros da família, não vislumbrando-se alternativas reais de superação da vulnerabilidade. O desemprego, a baixa escolaridade, a saúde precária, entre outros, também contribuem para o agravamento do isolamento social das famílias.

Nesse sentido esses aspectos expressam muito mais do que apenas a insuficiência de renda como determinante para a pobreza, tornando-as vulneráveis no enfrentamento da pobreza.

Nas 17 famílias estudadas o sentido da autonomia está relacionada ao trabalho e à escolarização, visando o suprimento das necessidades básicas e à sobrevivência. O trabalho para as mesmas não é uma opção, está relacionado à questão da sobrevivência, como uma forma de ter o que se alimentar, se vestir e de acesso aos serviços básicos (labor). Além disso, o trabalho significa ser reconhecido socialmente, ter autonomia, cumprir os deveres de manutenção da família e principalmente afeta a auto-estima do responsável e afasta o estigma da pobreza, porém, isolado de outros determinantes sociais e políticos não representa o exercício efetivo de cidadania.

O Programa Bolsa Família, enquanto Política de Assistência Social focalizada às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, é destacado com relevância social para suprimir as demandas das necessidades básicas em prol da subsistência. Porém, ao “distribuir” um valor que deverá garantir algumas condições básicas para as famílias em situação de pobreza, pode “paternalizar” ao tomar-se como base de reflexão as categorias analisadas por LEAL (1997), ao compreender o Estado como o “grande coronel”, não favorecendo a autonomia e a visibilidade desses sujeitos para se tornarem cidadãos.

Se no âmbito socioeconômico, apesar da inclusão em programas sociais, a superação da condição de dependência aqui discutida é um desafio, ela se torna ainda maior quando identifico a precária participação política desses sujeitos na esfera pública, reforçando e agudizando a questão da pobreza política.

No decorrer do estudo, percebeu-se a grande expectativa futura em obter além da segurança econômica, o crescimento profissional e a qualificação da participação política. Torna-se importante a restituição do espaço público estimulada pela vontade coletiva, consciente e crítica para a superação da pobreza e a conquista e garantia de direitos sociais.

Nesse exercício para a prática política as famílias revelam que o relacionamento comunitário, a amizade, a vizinhança são importantes para fortalecer os laços para a participação social e política, através da comunicação e do diálogo visando o interesse comum, ou seja o benefício social.

Evidencia-se também, o *tabu* e o *estigma da pobreza* percebidos nas primeiras abordagens, nas quais as famílias mostraram imprecisão, dúvida, negação, sentimentos contraditórios ao relatarem sua situação de pobreza ou extrema pobreza, porém a partir de algumas declarações foi possível perceber a situação real, cuja visão crítica da pobreza é determinante para seu enfrentamento e para diálogo visando a participação na esfera pública.

Nesses casos identifica-se a pobreza na baixa ou nenhuma escolaridade (Camélia*, Margarida*, Lis* e Lírio*), nos problemas de saúde, no isolamento social e na ausência de participação na esfera pública como agravantes da situação de vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, compreende-se que a inclusão na esfera pública e no espaço social têm como premissa a participação política, o diálogo, a informação e a comunicação comunitária.

É importante, na formulação de políticas sociais, manter o foco na família entendida em sua dimensão de rede, pois, no mundo simbólico, a família tem precedência sobre os

indivíduos, e a vulnerabilidade de um de seus membros implica enfraquecer o grupo como um todo. Então, pensar as políticas sociais implica ouvir o discurso das famílias, afirmando-o como um diálogo visando a participação política.

A tendência à despolitização será mais forte quanto mais a família assistida reproduzir os mecanismos que instituem a desigualdade social. A dificuldade do diálogo com as pessoas como participantes parece ser uma das mais relevantes questões a serem trabalhadas na implementação de políticas sociais, assim como em todo trabalho que envolva algum tipo de ajuda não apenas aos pobres. SARTI (2003:34) mostra a importância de escutar o discurso daqueles a quem se dirigem as políticas sociais – os pobres – e situá-los no contexto que lhe dê significado, ou seja o contexto de quem emite o discurso.

Referente ao processo de dependência das famílias na relação com serviços sociais e profissionais visando facilitar o acesso a determinados bens e serviços em detrimento à promoção de uma melhor qualidade de vida, a intervenção deverá ser norteada para o enriquecimento do processo familiar, em conjunto com a sua autonomia. Neste sentido PIRES et alli (2004:29)⁵⁵ destaca que a devolução das funções às famílias é um processo lento, não pode ser esporádico, mas de forma contínua a fim de evitar o legado *transgeracional* patente muitas vezes nas famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Interessante ainda é identificar na autora a importância de analisar as competências e recursos destas famílias, em contraponto às adversidades e incapacidades percebidas, colocá-las em *visibilidade* e ainda estudar as famílias em situação de pobreza que tenham ultrapassado esta condição objetivando identificar os processos que permitiram isso (Ibid., p. 30).

Ao analisar o perfil das famílias incluídas no Cadastramento Único para o Programa Bolsa Família, vale repetir, percebeu-se a precária inclusão no mercado de trabalho, através da informalidade como meio de subsistência e, ainda, as condições de moradias inadequadas, habitações irregulares e, mesmo urbanas, a carência de serviços básicos como por exemplo esgoto, água e luz. Tem-se como agravante a baixa ou nenhuma escolarização, o que diminui as chances de inclusão num mercado de trabalho altamente especializado,

⁵⁵ Esclareço que PIRES et alli (2004), trabalha com o conceito de famílias multiproblemáticas as quais distingue-se pela presença de sintomas sérios e graves de longa duração e forte intensidade nos seus elementos, porém esses sintomas individuais, apesar de múltiplos e variados, jogam um papel secundário face ao sintoma familiar: tendência ao caos e desorganização (p.6). Utiliza-se suas análises pois contribuem para o entendimento das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social que fazem parte deste estudo.

como também, o baixo desenvolvimento da autonomia através da ação e da participação política na esfera pública, portanto, não se constituem enquanto cidadãos e sujeitos visíveis no espaço público, nem mesmo exercem o “direito a ter direito”.

Hoje se assiste o processo de acumulação capitalista no qual se é subjugado e em que as famílias incluídas no Programa Bolsa Família encontram-se, pois, desprovidas de qualquer tipo de propriedade e riqueza, sobrando apenas o subemprego; o desemprego estrutural; a baixa escolaridade e a qualificação profissional deficiente para a realidade competitiva vigente, não sendo proprietários de força intelectual, política e ideológica.

No que se refere à exclusão no consumo de bens e serviços, o incontestável aumento do consumo de massa por minorias afluentes, seja a nível nacional, ou global, claramente intensifica o sentimento de exclusão, mesmo que os níveis de pobreza não estejam aumentando. Essa manifestação da exclusão coincide com a idéia de *privação relativa*, uma abordagem da pobreza que é comum em países desenvolvidos. Já nas regiões em desenvolvimento o conceito de *privação absoluta* tem sido amplamente adotado em estudos que concebem a pobreza como insuficiência de renda, identificada a partir de uma estimativa, a chamada linha de pobreza. No Brasil, como nos demais países da América Latina, a proporção de pobres vem sendo apreendida como um conjunto de famílias cuja renda familiar *per capita* é inferior a essa linha de pobreza⁵⁶ (LUSTOSA:2001). Para além dessa compreensão, aqui também se desenvolveu a percepção de uma *privação política* que trata da pobreza política analisada por DEMO (2001) que destaca a dimensão da desigualdade e da exclusão de caráter político, historicamente produzidas, mantidas e cultivadas, sendo portanto a pobreza um processo político de exclusão injusta. Cabe valorizar o papel da educação de qualidade, formal e política, diz DEMO (2001).

Apoiada nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, e ainda, nas situações de pobreza extremamente complexas desveladas a partir da experiência tratada neste estudo, destaco a reflexão de LUSTOSA (2001) ao colocar que a abordagem baseada apenas na linha de pobreza, é uma visão muito restrita do acesso aos bens e serviços de que uma família necessita, como deixa de considerar *as demais formas de exclusão de que as famílias pobres são passíveis*. Pobreza deve ser considerada em suas dimensões econômica social e política.

⁵⁶ Como já exposto, para o critério do PBF (Lei nº 10.836, 09/01/04), os benefícios básico e variável são destinados a famílias que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza composta de gestantes, nutrízes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos, cuja renda *per capita* mensal seja entre R\$ 50,00 até o limite de R\$ 100,00.

Verifica-se que ao longo das gerações há vivência de instabilidade, vulnerabilidade social e pobreza, que atinge a todos os membros da família, tornando os indivíduos fragilizados para se tornarem autônomos e exercerem sua cidadania, com limitações sociais para reconhecerem-se enquanto sujeitos que têm o “direito a ter direito”. Neste caso, estamos diante de famílias em que a pobreza, sendo historicamente agravada no âmbito econômico-político-social, não conseguem romper com a *vulnerabilidade social transgeracional*. Para isso, seria necessário se afirmar enquanto **recurso social** a *participação efetiva na esfera pública* como alternativa para superação da pobreza, dando *visibilidade às famílias*, que neste *diálogo* com as dezessete, embora restrito, mostram **potencial político** em seus discursos. Pois, notou-se nas falas dos quatro responsáveis uma compreensão do valor da escola, do trabalho, do envolvimento na esfera pública onde se torna importante vitalizar mais o Posto de Saúde; o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); a escola, para que se criem espaços de exercício da pluralidade e da ação para efetivamente desenvolver o potencial político dessas famílias.

ARENDT (2001:17) explicita que a ação tem raízes na natalidade; o novo começo possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Assim o potencial político desses responsáveis está expresso na capacidade de iniciar algo novo e de agir. Para os mesmos iniciar algo novo significa transpor o isolamento social, trabalhar, melhorar a escolaridade e participar na esfera pública; representa ainda, o nascimento enquanto cidadão.

Reforço que o *recurso* que corresponde à ação e ao discurso pensados por HANNAH ARENDT deve ser desenvolvido no âmbito do Programa Bolsa Família o qual focaliza as famílias em situação de pobreza. É na pluralidade dos discursos que a *ação* se configura como uma estratégia possível de transformação de um cotidiano destituído de direitos, percebidos tanto nos seus aspectos econômicos, quanto nos políticos.

Tudo isso será enriquecido, neste caso, se a Política de Assistência Social for acompanhada das Políticas de Educação, de Geração de Emprego e Renda, de Habitação e de Saúde, incentivando a integralidade das políticas setoriais. Também, a Política de Assistência Social deve se constituir numa política de mobilização social e de participação.

Sugere-se o aperfeiçoamento na forma de fazer o Cadastramento Único buscando dar visibilidade para além das medidas quantitativas da linha de pobreza que utilizam a renda como principal critério de seleção; inserir na Ficha Técnica Social do CRAS para seu acompanhamento os itens que tratam da participação social; observar as estratégias de

superação da pobreza através do dialogo com as famílias; estimular a rede de apoio para que a participação não se limite às condicionalidades exigidas para a permanência no Programa. Importante também efetivar-se estudos qualitativos profundos para o aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família.

Neste sentido, como estão sendo desenvolvidas as ações para que viabilizem a gestão intersetorial? Como a gestão intersetorial está acompanhando as condicionalidades do Programa Bolsa Família ultrapassando a questão da frequência escolar, do acompanhamento de saúde, do trabalho infantil e da renda para dar relevância no que diz respeito à dinâmica dessas famílias em suas múltiplas faces da pobreza? Como se realizam as articulações e as contrapartidas dos programas federal, estadual e municipal visando a melhor focalização para o enfrentamento da pobreza? E como se realiza o controle e a participação social pelo Conselho de Controle do Programa Bolsa Família?

Essas questões prosseguem visando dar continuidade às futuras pesquisas com o objetivo de desvendar e compreender os mecanismos econômicos, sociais e políticos das múltiplas faces da pobreza.